ANAIS SINESPP, v.5, n.5 (2024) ISSN 2675-9411

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) CADASTRADAS NAS ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE DOURADOS (MS)

STUDY ON THE CHALLENGES OF CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS (CSO) REGISTERED IN SOCIAL ASSISTANCE IN THE CITY OF DOURADOS (MS)

Gerusa Cella Puntel¹ Claudia Vera da Silveira² Rosele Marques Vieira³

RESUMO

O artigo tem como objetivo geral retratar os desafios das Organizações da Sociedade Civil (OSC), cadastradas na Secretaria de Assistência Social da cidade de Dourados (MS). A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e documental, análise de dados secundários e pesquisa de campo junto as entidades. Os resultados indicam que existem 11 OSC que atuam na área a Assistência Social, que realizam prestação de serviços classificados como Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, os serviços prestados à comunidade vão desde atendimentos ao idoso, orfanatos, centro de convivência e fortalecimentos de grupos, até atendimentos a pessoas com deficiências físicas e intelectuais. Entre os desafios encontra-se a captação de recursos públicos e privados, capacitação de voluntários, prestação de contas.

Palavras-chave: Organização da Sociedade Civil; Assistência Social, Desafios.

ABSTRACT

.

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: gcellapf@gmail.com

²Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: claudiaveradasilveira@gmail.com 3 Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: rosele@uems.br

The general objective of the article is to portray the challenges of the Organizações da Sociedade Civil (OSC), presented to the Secretariat of Social Assistance of the city of Dourados (MS). The methodology used was bibliographic and documentary review, analysis of secondary data and field research with entities. The results indicate that there are 11 CSOs that operate in the area of Social Assistance, which provide services classified as Basic Social Protection, Special Social Protection of Medium Complexity and Special Social Protection of High Complexity, the services provided to the community via atendimentos ao idoso , orphanages, coexistence center and group strengthening, care for people with physical and intellectual deficiencies. Among the challenges are the acquisition of public and private resources, training of volunteers, provision of contracts.

Keywords: Civil Society Organization; management; local development.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em retratar os desafios das Organizações da Sociedade Civil (OSC), cadastradas na Secretaria de Assistência Social da cidade de Dourados-MS.

A nomenclatura OSC, significa Organizações da Sociedade Civil e de maneira geral teve início na década de 90 no contexto internacional, recebendo apoio de instituições internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em âmbito nacional foi somente em 2014, com a aprovação da Lei 13.019/2014 do Marco Regulatório que as entidades sem fins lucrativos passam a utilizar esta nomenclatura.

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) consiste na legislação que rege as OSC no Brasil, foi aprovado através da Lei nº 13.019/14 entrando em vigor em 23 de janeiro de 2016. O regulamento viabiliza regras sobre o regime jurídico que liga à administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, com mudanças importantes no sistema de transferências voluntárias de recursos, provenientes da administração pública.

Em 2011, um ano após a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, o Governo Federal tenha criado um "Grupo de Trabalho Interministerial" dedicado ao estudo e elaboração de um Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, "Marco" ou "MROSC", pautado pelas demandas apresentadas pelo Grupo de Trabalho. O MROSC tem como um de seus objetivos principais, o controle sobre o acesso à repasses públicos. Ou seja, tenta-se, através dele, reduzir os riscos de desvio de recursos públicos, através de maior regulamentação e fiscalização.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) estão presentes em todo o território brasileiro, cuja concentração varia muito entre os estados. No Quadro 1 é possível observar o número de OCS por regiões do país.

Quadro 1 – Distribuição das OSC por região, quantidade e população no ano de 2016.

Região	Total OSC	OSC por região (%)
Norte	67.370	8,00
Nordeste	205.300	25,00
Sudeste	325.376	40,00
Sul	157.898	19,00
Centro-Oeste	64.242	8,00
Brasil	820.186	100,00

Fonte: IPEA, (2018).

A região Sudeste apresenta a maior porcentagem de OSC concentrando 40% das entidades existente no país, seguido da região Nordeste com 25%, Sul 19% e as regiões norte e centro-oeste, representando cada uma 8%. Os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia apresentam o maior quantitativo de OSC, enquanto Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Tocantins e Sergipe constaram as menores concentrações de OSCs. Cabe mencionar que a atuação das entidades sem fins lucrativos no Mato Grosso do Sul é relativamente pequena, quando comparada com os estados vizinhos como Goiás e Mato Grosso, e ainda menor ao compará-lo com São Paulo, Paraná, Minas Gerais. A Figura 1 é observar a distribuição espacial de Organizações da Sociedade Civil no estado do Mato Grosso do Sul.

Verificou-se que na capital do Estado do MS, Campo Grande, estão cadastradas 107 OSC's segundo informações obtidos junto ao IBGE. Em visita *in loco* na Secretaria de Assistência Municipal do Estado, examinou-se que constam 78 instituições ativas, que recebem recursos públicos, as demais possivelmente não estão mais ativas. Foi constatado a mesma situação na cidade de Dourados, que apresentou 23 entidades sem fins lucrativos, embora apenas 11 recebem recursos públicos pelo Município. Algumas cidades como: Alcinópolis, Caracol, Douradina, Figueirão, Japorã e Jaraguari não apresentaram nenhuma OSC vinculada a Assistência Social. Cabe destacar que os dados do IBGE representam uma *proxy* da realidade retratada em 2016, e para fins desta pesquisa estes dados são relevantes e representativos.

Distribuição Espacial das entidades de assistência social sem fins lucrativos em MS

Mato Grosso

Golás

São Paulo

São P

Figura 1. Distribuição espacial das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no Estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Os autores (2024).

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e documental, análise de dados secundários e pesquisa de campo junto as entidades. O trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritiva e exploratória, com enfoque qualitativo e quantitativo. A coleta dados junto as OSC's se realizou por meio de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas para 11 OSCs.

DESENVOLVIMENTO

A busca por um modelo de gestão, despertou a corrida por capacitação e concorrência de apresentação de resultados, na qual, a globalização é um dos grandes incentivos. O desenvolvimento local está ligado diretamente à uma mudança qualitativa dentro da forma de organização conectada às transformações inovadoras, incluindo mudanças de vida por auto iniciativa (Schumpeter, 1982). As políticas públicas são geradas pelas alterações e alternativas dentro de uma gestão que pensa na finalidade e no objeto.

Dallabrida e Fernandez (2010), nessa perspectiva, debateram um dinamismo socioeconômico territorial e propostas criativas para os problemas. Zapata (2007) atenta para a participação social, com ênfase na igualdade de oportunidades e sustentabilidade entre os cidadãos.

Sen (2001) confirmando Myrdal (1960) defende o desenvolvimento incluindo a garantia ao acesso de serviços públicos de qualidade que mantem os níveis de vida e que vão refletir nos indicadores sociais. Sant'Ana (2008) afirma o fato de que, mesmo que uma região consiga avançar economicamente, poderá não elevar o bem-estar de seus cidadãos, como oferecer coesão social, lazer e laços familiares. Entre vários aspectos citados estão a má distribuição de renda e dissociação entre os bens materiais e os bens intangíveis.

Para tanto, o enfrentamento de ações pela gestão social ainda carece de reflexões e avaliações políticas com intuito de ampliar estratégias e ações práticas para o desenvolvimento local. A governança colaborativa tem se apresentado como uma proposta inovadora, colaborando com o desenvolvimento local, e contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para combater a desigualdade social e erradicação da pobreza.

Uma gestão que envolve organizações do terceiro setor é particular ao captar as necessidades institucionais do Estado, exercendo um modo especial de gestão com valores de interesses públicos (Cabral, 2017). Os principais desafios enfrentados pelas Organizações da Sociedade Civil, de acordo ao IPEA (2018) podem estar relacionados ao comportamento do gestor diante às situações de envolvimento com órgãos governamentais e políticas públicas; captação de recursos para manutenção da entidade; capacitação dos voluntários em prol da missão e objetivo; prestação de contas para a sociedade e, em caso de recebimento de Recursos públicos para os órgãos de fiscalização.

As OSCs geralmente desenvolvem programas de capacitação para aprimorar a obtenção de recursos, qualificação de seus voluntários e prestação de contas. Entretanto, os programas citados não são aplicados imediatamente; trata-se de uma construção ao longo dos anos, principalmente observando entidades mais experientes. Os desafios citados necessitam ser observados de maneira equilibrada. Esse privilégio não abrange todas as ONGs, apenas as devidamente regulamentadas por lei conseguem participar da partilha de verbas públicas. Uma boa explicação se encontra na forma de condução da governança pública no sentido de apresentar propostas para a inclusão de um maior número de entidades (ENAP, 2019).

Milani Filho (2004) salienta que a transparência é a essência para que uma instituição sem fins lucrativos encontre credibilidade em face da sociedade. Assim, uma gestão se torna responsável pela prestação de contas diante dos recursos recebidos (Gimenes, 2010), contudo, muitas entidades não possuem o zelo na divulgação da prestação, seja financeira ou não. Entende-se por financeira quando são confeccionados relatórios dos serviços prestados, incluindo informação das atividades realizadas (Oliveira, 2009).

Quanto à capacitação de resultados, as organizações que conseguem se adaptar melhor às mudanças frente aos desafios, possuem um sistema de treinamento de voluntários, o que promove a qualidade do atendimento. A ideia é basear-se na adoção de novos padrões socioculturais, promovendo um estímulo que permita a todos os envolvidos questionar, criar e experimentar com o foco voltado à aprendizagem contínua (Fischer, 2009).

A falta de estratégias para mobilização de recursos financeiro, segundo Pereira *et all* (2015), é uma realidade dentro das entidades. A falta de ações de marketing tem impedido uma comunicação entre a sociedade no sentido de captação de doadores. Drucker (1997) destaca que o principal desafio se encontra em manter as fontes que já contribuem, pois a captação de dinheiro não é mais importante que ter pessoas comprometidas com a causa da instituição.

A cidade de Dourados é um dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, situado na região Centro-Oeste do território brasileiro, sendo parte integrante da Região Geográfica Intermediária conhecida como Grande Dourados, com uma população de 227.990 habitantes (IBGE, 2021).

Cabe destacar que Dourados aparece com 23 OSCs atuando na área de Assistência Social, muitas delas atuando com recursos oriundos de doações, por exemplo. Por meio de visitas *in loco*, à prefeitura de Dourados-MS, foi possível contatar que são 11 as OSCs devidamente legalizadas e aptas para receberem recursos públicos, de acordo com o Marco Regulatório (IBGE,2023).

Em relação aos critérios de partilha verificou-se que estão definidos da seguinte maneira: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade e pela previsão de atendimento, caracterizadas por diferentes serviços prestados, que vão desde atendimentos ao idoso, orfanatos, centro de convivência e fortalecimentos de grupos, até atendimentos a pessoas com deficiências físicas e intelectuais.

Verificou-se que as OSCs que fazem parte da Secretaria de Assistência Social da cidade de Dourados (MS) são: Ação Familiar Cristã; Lar do Idoso; Associação de Pais e Amigos dos Autistas da Grande Dourados (AAGD); Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Lar Ebenezer; Associação Pestalozzi de Dourados; Casa Criança Feliz; Missão Toca de Assis; Centro de Integração do Adolescente Dom Alberto (CEIA); Instituto Fuziy e Lar Santa Rita.

Considerando a distribuição das OSCs, cadastradas na Secretaria de Assistência Social, na cidade de Dourados, a maioria das entidades estão concentradas na região central da cidade, apenas o Instituo Fuziy, Lar Ebenezer e Criança Feliz encontram-se localizado em áreas periféricas e de vulnerabilidade social. Constatou-se que nem todos os bairros periféricos considerados de baixa renda dispõe de OSCs ou trabalhos destinados a acolhimento e fortalecimento de vínculos. O Instituto Fuziy e Casa Criança Feliz atuam no mesmo bairro e estão situados na mesma rua.

Em relação ao tempo de experiência em gestão, a entidade mais antiga da cidade foi fundada em 1954, vivenciando há 67 a prestação de serviços de assistência e acolhimento ao idoso. A mais nova instituição foi fundada em 2014, com apenas 9 anos de prestação de serviços à comunidade autista e já possui prédio próprio, resultado da forte política pública em torno dessa causa.

As instituições que possuem maior capacidade de atendimento mensal é o Instituto Fuziy (350) e AAGD (200). A AAGD dobrou a sua capacidade, após a inauguração da segunda etapa de construção em abril/2024 e mesmo assim vai ficar com uma demanda reprimida em torno de 200 pessoas. O Lar Santa Rita e Ebenézer, por serem orfanatos, dependem de envio e autorização judicial e não estão com a capacidade máxima. A Ação Familiar Cristã e Instituto Fuziy confirmaram que existe fila de espera, mas não soube precisar exatamente o número visto que eles contabilizam a espera por oficinas. Instituto Fuziy passou um número estimado, visto que todo o mês esses dados mudam.

Verificamos que apenas 27% das OSC realizam algum tipo de capacitação com os voluntários, 36% costumam dar treinamento interno e os outros 36% encontram outra forma de capacitar como por exemplo: aprendendo na prática com os mais antigos, pela convivência, nenhuma instituição proporciona curso externo com os voluntários.

A captação de recursos é um dos desafios enfrentados. É um processo imprescindível para adquirir os meios necessários de suprir a instituição. Muitas são as formas de arrecadação,

desde verbas públicas, doações de pessoas físicas e jurídicas, rifas, gincanas, festas temáticas etc.

A maioria das OSC (54%) afirmam que os recursos públicos cobrem até 25% dos gastos totais das entidades. Enquanto 35, 6% tem seus custos cobertos de 25 a 50% através dos recursos públicos e, apenas 9,09% evidencia que os custos resultantes das verbas públicas atingem acima de 70%.

O tempo de permanência, segundo relatos dos gestores, vem sofrendo uma mudança. A parceria de estágios com Universidades tem conseguido suprir uma demanda específica, antes deficitária nas instituições, tais como assistentes sociais, enfermeiros, médicos, psicólogos etc.

A realidade da permanência dos voluntários é boa, considerando que mais da metade permanecem por mais de um ano nas instituições e, muitos acabam sendo contratados pelas instituições.

A realidade das OSC de Dourados quanto a captação de recursos provém de diversas formas possíveis, como serigrafia, confecção de pães e bolos, bazar, bingos, etc. apenas 1 organização se referiu a doação de mercadorias, tendo em vista que, naquele momento executava um projeto de recursos públicos que impedia o recebimento em espécie.

Uma outra preocupação das OSC é a possibilidade de conseguir realizar atividades de integração familiar. De maneira, foi verificada que realizam diversas atividades, considerando os desafios de vulnerabilidade social das famílias atendidas. A AAGD, por exemplo oferece apoio psicológico para os responsáveis pelo excepcional atendido na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo geral retratar os desafios das Organizações da Sociedade Civil (OSC), cadastradas na Secretaria de Assistência Social da cidade de Dourados (MS), buscouse entender os desafios a partir de três vertentes: captação de recursos, capacitação dos voluntariados e prestação de contas.

Enquanto a captação de recursos foi possível averiguar que todas as OSC recebem recursos públicos, alguns mais e outros menos, depende do poder de influência e articulação dos representantes de cada entidade. Assim também, as OSC recebem outras fontes de recursos, como doações de pessoas físicas, pessoas jurídicas e de parcerias promovidas por

órgãos públicos e privados da sociedade douradense, como exemplo desta parceria, temos campanha intitulada "Declare seu carinho" na qual participam o Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Câmara Municipal, Associação Comercial e Empresarial de Dourados (ACED), Prefeitura Municipal de Dourados. Por meio desta campanha o contribuinte, no ato da declaração do imposto de renda, pode escolher uma entidade a ser beneficiada ou apenas indicar um fundo municipal e posteriormente o valor é distribuído entre as OSC. Por meio dessas campanhas, o valor arrecadado permitiu a aquisição de veículos utilitários que foram destinados para as OSC.

De maneira geral, esses recursos são utilizados para gerir as atividades das entidades junto à comunidade, porém a apesar das OSC trabalharem com a capacidade máxima, ainda assim existe uma fila de espera de pessoas que aguardam atendimento, essa situação revela que a quantia de recursos financeiros não são suficientes para ampliar o atendimento, e a partir deste estudo verificamos a necessidade de ampliação de recursos sejam financeiros, humanos e administrativos, de forma atender a demanda reprimida da sociedade.

Alguns desafios sobre a captação de recursos estão no fato de que muitas vezes as doações ou o repasse de verbas públicas demoram para cair na conta da OSC. Sendo assim, algumas entidades relataram dificuldades do tipo: não saber ao certo a quantidade de recursos que terão no mês e o medo de não conseguir manter as despesas correntes. Nestes casos, ocorre o chamamento para a sociedade de realizarem doações e ajudarem nos custeios das entidades, bem como realizar bazar, rifas, festas temáticas etc. Desta forma, além da necessidade de ampliar os recursos repassados, também é necessário uma constância nesse repasse, para que se possa aplicar um planejamento e execução efetiva das atividades que as OSC realizam para a comunidade.

Enquanto a prestação de contas verificou-se que todas as entidades sem fins lucrativos realizam prestação de contas de maneira formal junto ao órgão público e também junto a sociedade e em alguns casos também é realizada para entidades como Receita Federal, quando ocorre doações de mercadorias. O principal desafio enquanto a prestação de contas reside no excesso de burocracia existente, muitas especificidades e muitos detalhes que devem ser contemplados na hora de realizar a prestação de contas, nesse caso não há o que fazer e as OSC de maneira geral se adaptam às exigências burocráticas.

A respeito da capacitação dos voluntários, averiguou-se que a maior parte da capacitação ocorre internamente nas entidades. Também foi possível verificar que para a

prestação de serviços voluntários nas OSC é realizado um contrato de voluntário, a maior parte dos voluntários atuam em um período de 1 anos. Observou-se parcerias com instituições como universidade e a partir disso por meio de convênio, as OSC passar a receber estagiários de diferentes universidades e cursos. Alguns desafios relativos a capacitação de voluntários está na dificuldade para desenvolver habilidades específicas, pois geralmente os conhecimentos sobre trabalhos voluntários, de maneira geral, são repassados no dia a dia dos voluntários. Os mais novos vão aprendendo com os mais antigos, e quando se trata de habilidades específicas, como ensino de libras, ballet, fisioterapia etc., não é possível realizar essas capacitações dentro das entidades.

De modo geral as parcerias com instituições revelaram-se como um instrumento que permite fortalecer e até mesmo ampliar as ações sociais desempenhadas pelas OSC, contribuindo com o bem-estar das pessoas atendidas, de suas famílias e toda a comunidade, contribuindo assim com o desenvolvimento do lugar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS, ANO XXIII- nº 4.431, pág. 10.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Dourados. Disponível em: <> Acesso em 24/04/2024.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. https://www.ipea.gov.br/portal/categoria-projetos-e-estatisticas/9933-mapa-das-oscs?highlight=WyJtYXBhliwiJ21hcGEiLCJvc2NzII0=, acesso em 23.05.2022.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Perfil das Organizações da Sociedade Civil do Brasil**.

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/180607_livro_perfil_das_organizacoes_da_sociedade_civil_no_brasil.pdf, acesso em 10.03.2022.

CABRAL, E. H. de S. Terceiro Setor: Gestão e controle social. Saraiva Educação SA, 2017.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípio e práticas. 4 ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

GIMENES, É. R. Transparência na prestação de contas por entidades do terceiro setor. **Revista Urutaguá**, Acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM, nº 20 – jan/fev/mar/abr de 2010 – ISSN 1519.6178.

KOTHER, M. C. M. F. **Planejamento circunstancial**: economia social – terceiro setor. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MACHADO, A. M. B. (2012). **O percurso histórico das ONGs no Brasil**: perspectivas e desafios no campo da educação popular. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil HISTEDBR, 01-20.

MILANI FILHO, M. A. F. **A função controladoria em entidades filantrópicas**: uma contribuição para a avaliação de desempenho. 2004. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, I. M. D. S. **Uma investigação sobre a prestação de contas das entidades do terceiro setor brasileiro** (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco), 2009.

PEREIRA, M. Da governança à governança territorial colaborativa: uma agenda para o futuro do Desenvolvimento Regional. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 3, n. 2, p. 52-65, 2013.

SANT'ANA, M. The evolution of the concepto f development: fron economic growt to human development. Louvain-la Neuve: Inter-university Atraction Pole, 2008.

SEN, A. Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: editora Record, 2001.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento Territorial Endógeno** – conceitos, dimensões e estratégias. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2007.